

Econ. Brasil

Como o banco de Roraima dá razão a Sarney

AGO 1989

JORNAL DA TARDE

A presença no País, nos últimos dias, dos principais "gênios das ciências econômicas" para discutir o problema da hiperinflação produziu um efeito curioso: a "inflação de seminários", como jocosamente observou o embaixador do Brasil junto ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), Rubens Ricupéro, ao participar, é claro, de um desses seminários, o promovido pelo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.

Figuras conhecidas do ambiente acadêmico internacional estiveram em São Paulo para relatar suas experiências comó planejadores ou executores de programas de combate à inflação. Da Argentina vieram economistas como Roberto Frenkel, um dos principais assessores do Ministério da Economia no governo Alfonsín, e José Luís Machinea, ex-presidente do Banco Central; da Bolívia, o ex-ministro da Economia Gonzalo Sánchez de Losada, responsável pelo programa de estabilização boliviano; do México, o ex-ministro Jesús Silva Herzog, em cuja gestão o país declarou moratória; de Israel, Emanuel Sharon, que foi diretor-geral do Ministério das Finanças na época da adoção do choque israelense; dos Estados Unidos, o professor Jeffrey Sachs, inspirador do programa boliviano, consultor do presidente argentino Carlos Menem e do novo governo polonês.

A contrapartida brasileira foi formada por economistas de igual peso, muitos deles também com experiência de governo.

Da inflação de seminários, palestras e conferências que vivemos, entretanto, pouco se aproveita. Nada do que se disse constitui novidade essencial para a solução do problema inflacionário. Falou-se, como não podia deixar de ser, da questão da dívida externa, da dívida interna, da política monetária, da necessidade de se equilibrar as contas públicas, do controle de preços (condenado quase unanimemente) e de outros temas. Divergências, se houve, foi apenas quanto à intensidade com que esta ou aquela medida deve ser tomada.

Apesar da presença de tantos sábios internacionais e da enxurrada de análises produzidas pelos sábios nacionais, o Brasil continua na mesma: com uma inflação que está em torno de 30% ao mês e nós pode levar para a hiperinflação rapidamente, sem que nada se faça de efetivo para combatê-la. E não é, como se vê, por falta de conselho dos economistas que estamos mal.

Por isso, mais uma vez temos de dizer que o presidente José Sarney está inteiramente certo quando diz — como o fez em entrevista à TV Bandeirantes, há pouco mais de um mês — que "a inflação não será debelada no Brasil, nem em lugar nenhum do mundo, por economistas". Ela, como bem observou o presidente, "só poderá ser debelada pelos políticos, com o apoio da sociedade".

A inflação brasileira, como temos dito aqui com freqüência, há muito que é um problema exclusivamente político. Ocorre, infelizmente, que o político brasileiro também é um problema. O próprio presidente Sarney acaba de dar dois exemplos disso. Primeiro, quando impôs aos ministros da área econômica o projeto de construção da Usina Siderúrgica do Maranhão (Usimar) sem que haja recursos para a obra; depois, quando, numa decisão sem precedentes, decidiu interromper o processo de liquidação extrajudicial do Banco de Roraima, ao transferir seu controle da União para o novo Estado.

Está claro que a primeira decisão — referente à Usimar — é um fato político. Trata-se de fortalecer o Estado de origem do presidente, onde ele tem seu interesse eleitoral. Que a segunda também é, só ficamos sabendo pelo governador de Roraima, Romero Jucá Filho. "Foi uma dura luta, pois o ministro Mailson da Nóbrega resistiu até o último instante", relatou Jucá. Ele disse que o ministro só cedeu "depois que o presidente o fez ver que era uma decisão política".

Onde está o caráter político dessa decisão? Podemos apostar que está no futuro político do presidente Sarney. Ele tem dito que, ao final do mandato, se recolherá ao sítio de São José do Pericumã ou à residência da praia do Calhau, em São Luís. Mais provável, porém, é que pretenda retornar ao Senado, de onde saiu para o Palácio do Planalto. Sendo assim, por que não como representante do novo Estado de Roraima? Afinal, o colégio eleitoral de Roraima mal passa dos 60 mil eleitores. Desses, cerca de um quarto não comparecerá às eleições do próximo ano, votará em branco ou anulará seu voto. Dos 45 mil votos restantes, bastarão algo como 30% para eleger, com boa votação, um dos três senadores. Ou seja, 15 mil votos, na pior das hipóteses, para continuar na política.

Tudo isso ocorre no momento em que os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu fazem o possível para montar um orçamento com números confiáveis para o próximo ano. À falta de coragem política para buscar o equilíbrio por meio do corte das despesas, sabidamente excessivas (só os incentivos fiscais consumirão o equivalente a US\$ 5 bilhões neste ano), opta-se pelo aumento da receita. Está em vias de ser instituído, por exemplo, o imposto sobre grandes fortunas, de efeitos desconhecidos para a receita da União, mas de evidente caráter demagógico.

Políticos que tomam decisões como essas não merecem "o apoio da sociedade" e tornam cada vez mais difíceis as necessárias soluções políticas para os problemas econômicos.